

NOTAS SOBRE A PROBLEMÁTICA DA SEPARAÇÃO E DA LIBERDADE RELIGIOSA NA TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA EM PORTUGAL (1974-1975)

PAULA BORGES SANTOS*

 <https://orcid.org/0000-0002-0838-7284>

As notas que se seguem pretendem ser um contributo para a história da liberdade religiosa em Portugal e das relações entre o Estado e as Igrejas, durante o processo da transição para a democracia em Portugal (1974/1975).

Trata-se aqui de caraterizar a disciplina desse sistema de relações e de apurar de que forma concorreram os princípios da *separação* e da *liberdade religiosa* para o tipo de relacionamento que, nessa época histórica, se estabeleceu entre a política e a religião. Por razões de espaço mas, acima de tudo, em função do estágio atual da minha pesquisa sobre o tema, estes apontamentos críticos debruçar-se-ão em particular sobre a Igreja Católica, não obstante a compreensão histórica da problemática da separação e da liberdade religiosa resultar enriquecida do exame da relação do poder político com outras confissões religiosas.

Começarei por verificar a validade dos princípios genéricos da separação e da liberdade religiosa no quadro da situação jurídico-política do País, marcada por uma estrutura constitucional transitória, entre o golpe militar de 25 de abril de 1974 e o 25 de novembro de 1975. Em seguida, procurarei analisar se sofreram algum tipo de contestação ou de atropelo, no terreno da luta político-ideológica, e avaliar do significado dessas ações para a problemática em apreço.

Na escolha do período cronológico assinalado para esta abordagem está implícita a valorização como hiato temporal em que, por excelência, se colocou o problema da definição de um novo modelo de relações entre o Estado e as confissões religiosas. Outra conceção lhe subjaz, a de que a evolução operada nesse domínio, naquela época, foi determinante para o que, no ordenamento jurídico, veio a ser consagrado pela Constituição de 2 de abril de 1976, acerca da liberdade religiosa e da função do Estado nesse âmbito.

Os princípios da separação e da liberdade religiosa no quadro de uma ordem constitucional transitória

No contexto assinalado pelo golpe militar de 25 de abril de 1974 e pelo processo revolucionário que se lhe seguiu, emergiram exigências de pluralismo e de uma nova ordem constitucional, a que a Junta de Salvação Nacional (JSN) cedo

* Doutora em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Membro e pós-doutoranda no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Membro do Centro de Estudos de História Religiosa.

corresponderia com o anúncio de uma lei constitucional transitória – a lei n.º 3/74, de 14 de maio – que regeria a organização política do país até à entrada em vigor de uma nova Constituição política.

De acordo com o art. 1.º da lei supra citada mantinha-se transitoriamente em vigor a Constituição de 1933, naquilo que não contrariasse os princípios expressos no Programa do Movimento das Forças Armadas (MFA) e nas leis n.ºs 1/74 e 2/74, respetivamente de 25 de abril e de 14 de maio, ou noutras futuras leis constitucionais a promulgar pelos poderes em exercício. Aí se estipulava que um novo texto constitucional deveria ser preparado por uma Assembleia Constituinte (n.º 1 do art. 3.º), a eleger por sufrágio universal, direto e secreto, depois da preparação de uma também nova lei eleitoral pelo Governo Provisório, quando instalado (n.ºs 1, 2 e 3 do art. 4.º). Essa Assembleia seria dissolvida uma vez aprovada a Constituição (n.º 3 do art. 3.º)¹.

Tanto nos articulados dessas leis constitucionais, como no próprio Programa do MFA, não seriam feitas quaisquer referências à relação do Estado com as confissões religiosas, significando isso que, no que envolvia aquela matéria, subsistiam e seriam interpretadas as soluções normativas estabelecidas na última revisão à Constituição de 1933, ocorrida durante o período marcelista, em 1971.

Aí a liberdade religiosa aparecia na sua dimensão institucional de liberdade de culto e de organização das confissões religiosas, cujas doutrinas não contrariassem «os princípios fundamentais da ordem constitucional», nem atentassem «contra a ordem social e os bons costumes», e desde que os cultos praticados respeitassem a vida, a integridade física e a dignidade das pessoas (art. 45.º). Só depois era reconhecida a religião católica como «religião tradicional da Nação Portuguesa» e reiterado o regime de separação do Estado das confissões religiosas, cuja regra não se declarava perturbada pela «existência de concordatas ou acordos com a Santa Sé» (art. 46.º)².

Na restante legislação publicada subsequentemente, quer pela JSN, quer pelos diversos Governos Provisórios, até à promulgação da Constituição de 1976, não seriam regulamentados quaisquer aspetos do relacionamento entre a política e a religião (com exceção do decreto-lei n.º 261/75 de 27 de maio, adiante mencionado), nem revogados diplomas legislativos produzidos ao longo do regime político anterior sobre assuntos religiosos.

Continuava assim, por exemplo, a possuir validade a lei de liberdade religiosa de 1971 (lei n.º 4/71, de 21 de agosto); a qual admitia a dimensão individual da liberdade e de inviolabilidade de crenças e práticas religiosas (bases III, IV e V), afirmava o direito das confissões religiosas a igual tratamento, «ressalvadas as diferenças impostas pela sua representatividade» (base II) e estabelecia um sistema de reconhecimento das confissões religiosas não católicas, ainda que sob algumas restrições (bases IX e segs.)³.

¹ Cf. *Dossier 2.ª República*. Vol. I. Org. José Pedro Gonçalves. Lisboa: Fernando Ribeiro de Mello/Edições Afródite, 1976, p. 193-202.

² Cf. Jorge Miranda – A Concordata e a ordem constitucional portuguesa. In *A Concordata de 1940 Portugal – Santa Sé*. Org. Faculdade de Direito e Centro de Estudos de Direito Canónico da Universidade Católica Portuguesa. Lisboa: Edições Didaskalia, 1993, p. 78.

³ Cf. Jorge Miranda – A Concordata e a ordem constitucional portuguesa, p. 79.

Desta forma, não obstante ter-se registado uma mudança política na sequência do golpe militar, o tratamento reservado à liberdade religiosa e a outros problemas relacionados com a religião não sofreria, no plano jurídico – quer no tocante às normas constitucionais, quer no que se relacionava com as normas legislativas e regulamentares –, nenhuma inflexão face ao período anterior ao 25 de abril de 1974. Na relação com as confissões religiosas, o Estado continuaria a manter um relacionamento preferencial com a Igreja Católica. O poder civil dispunha-se a salvaguardar, como até aí, tanto a «liberdade eclesiástica» da Igreja (*libertas Ecclesiae*), como a liberdade religiosa, sem alterar, contudo, os limites colocados a essas liberdades.

Alguma “descompressão” que no campo da liberdade religiosa se registou, no período revolucionário, aconteceu por via indireta e relacionou-se com a publicação de legislação que implicitamente garantia esta liberdade. Refiram-se, concretamente, as novas leis publicadas sobre o direito de reunião (decreto-lei n.º 406/74, de 29 de agosto) e de associação (decreto-lei n.º 594/74, de 7 de novembro), bem como ainda a nova lei de imprensa (decreto-lei n.º 85-C, de 26 de fevereiro).

A não alteração do sistema das relações do Estado com as confissões religiosas, e em concreto com a Igreja Católica, significava que para o poder político-militar emergente não existia um conflito religioso na sociedade portuguesa. O catolicismo era, sobretudo, percebido como um fator histórico e sociológico da sociedade portuguesa, pelo que se respeitavam os valores religiosos estabelecidos.

Outro sinal de que a liquidação do anterior regime não passava por limitar ou debelar a influência da religião e de que sobre esta não pesava qualquer estigma de ameaça ao princípio da soberania nacional colocou-se num outro plano do direito, o do Direito dos Tratados, e relacionou-se com a confirmação que foi feita da Concordata, assinada em 1940 entre o Estado português e a Santa Sé.

Registe-se que tal confirmação decorreu de uma interpretação atualista daquela convenção internacional, que permitiu, em 15 de fevereiro de 1975, a assinatura do Protocolo Adicional ao acordo concordatário de 1940. A Concordata deixaria apenas de vigorar nos novos Estados da Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola, em consequência das independências desses antigos territórios ultramarinos, verificadas em 1974 e 1975, e em Goa, Damão e Diu, cuja anexação pela Índia foi reconhecida por Portugal por tratado de 1974⁴.

O entendimento entre o Estado português e a Santa Sé envolvendo a Concordata seria fixado ainda antes da eleição da Assembleia Constituinte. O processo negocial, que decorreu com celeridade (as negociações foram iniciadas em setembro de 1974 e ficariam concluídas em fevereiro de 1975), foi possível depois das autoridades políticas portuguesas expressarem a vontade de preservação da paz religiosa interna, tendo, nesse mesmo sentido, procurado, logo no primeiro mês após o 25 de abril, normalizar as relações diplomáticas com o Vaticano.

Os contactos com Roma eram considerados prioritários para o Governo Provisório, que pretendia a captação do apoio Vaticano para o processo de democratização do país e, em especial, de descolonização dos territórios ultramarinos.

Devido ao peso missionário da Igreja Católica em África, essa colaboração

⁴ Cf. Jorge Miranda – A Concordata e a ordem constitucional portuguesa, p. 75.

era também do interesse da Santa Sé, que assumiria o acompanhamento da independência das colónias portuguesas como uma das suas prioridades em política externa. Relevando satisfação pelo tratamento dispensado pelo Estado às autoridades religiosas portuguesas, Roma acompanharia de perto as Conferências Episcopais da Metrópole, de Angola e Moçambique, dando-lhes instruções para que agissem normalmente, e desenvolveria uma atitude cooperante e conciliatória em relação a Portugal durante o ano de 1974⁵.

Essa postura da Santa Sé manifestou-se na sua disponibilidade para rever a Concordata e foi aproveitada pelo poder político para resolver o problema da ampla contestação social à situação jurídica que impedia a dissolução do matrimónio celebrado catolicamente. Tratava-se de uma reivindicação de diversos setores da sociedade portuguesa, anterior à instauração do processo revolucionário, e que conduziu, ainda em maio de 1974, à constituição do Movimento Nacional Pró-Divórcio (MNPD). O MNPD exigia a revogação do artigo XXIV da Concordata de 1940, que determinava a indissolubilidade do casamento católico, e do art. 1790.º do Código Civil de 1966 que, além de transpor para o direito interno aquela disposição concordatária, acrescentava para os casamentos civis o impedimento do divórcio por mútuo consentimento, tolerando apenas o divórcio litigioso. Apoiado por mais de uma centena de padres, o MNPD não propunha a abolição da Concordata, mas apontava a regulação do casamento católico aí prevista (e também no Código Civil) como uma violação do regime de separação do Estado da Igreja Católica.

A assinatura do Protocolo Adicional de 15 de fevereiro de 1975, entre Portugal e a Santa Sé, punha fim à exploração desta questão, mediante um acordo alcançado sobre o artigo XXIV do texto concordatário. Todos os restantes artigos seriam mantidos em vigor. Na ocasião seriam ainda trocadas duas notas verbais, que não foram tornadas públicas. A solução aí alcançada passaria a vigorar na ordem interna por força do decreto-lei n.º 261/75 de 27 de maio, que revogava a proibição legal de poderem recorrer ao divórcio civil os casados canonicamente. Não obstante o fim dessa tutela jurídica, permanecia inalterada a doutrina católica da indissolubilidade do casamento, como recordaria o episcopado português em Nota Pastoral de 13 de fevereiro de 1975⁶.

Aspetos da separação e da liberdade religiosa durante o processo revolucionário: momentos críticos

A manutenção, na ordem jurídica, dos princípios da separação e da liberdade religiosa não impediu que, em algumas circunstâncias do processo revolucionário, ambos fossem postos em causa. De facto, em diversos momentos assistiu-se a ten-

⁵ Cf. Paula Borges Santos – *Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975: o Caso Rádio Renascença*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2005, p. 109-110.

⁶ Cf. J. Calvet Magalhães – O reconhecimento internacional da Junta de Salvação Nacional e a renegociação da Concordata de 1940. In *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976)*. Org. Fernando Rosas. Lisboa: Fundação Mário Soares/IHC-FCSH/Edições Colibri, 1998, p. 320; Paula Borges Santos – *Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975*, p. 105-106; CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (CEP) – Nota Pastoral sobre a modificação do Artigo XXIV da Concordata. In CEP – *Documentos Pastorais 1967-1977*. Lisboa: União Gráfica, 1978, p. 178-182.

tativas de violações desses princípios, tendo ocorrido, em particular, várias ameaças à liberdade religiosa.

A atitude pacificadora desenvolvida pelo MFA e pelos Governos Provisórios quanto à Igreja Católica – ancorada, sobretudo, no desejo de evitar uma reedição do conflito entre o Estado e a Igreja ocorrido na I República – não foi suficiente para assegurar a defesa da liberdade religiosa no país, enquanto não se definiu, no terreno da luta político-partidária, o tipo de regime a instaurar em Portugal. Apenas com o estabelecimento de uma correlação de forças favorável à instauração de uma democracia de tipo ocidental e pluralista no país – alcançada na sequência do 25 de novembro de 1975 – o direito à liberdade religiosa deixou de estar em causa e foi respeitado e defendido pelo poder político-militar.

Seria também nesse momento que sobre o princípio da separação existiria uma clarificação “*de facto*”, no sentido de ser respeitada a autonomia da Igreja Católica face ao Estado. Por várias vezes, entre abril de 1974 e novembro de 1975, alguns agentes do aparelho político-militar do Estado haviam manifestado intenção de circunscrever a religião ao espaço privado e haviam defendido o controle e a fiscalização pelo Estado de todas as manifestações organizadas de vida religiosa.

Na impossibilidade de detalhar aqui exaustivamente todas as circunstâncias em que estiveram em causa a separação e a liberdade religiosa no período da transição para a democracia em Portugal, sinalizo, em seguida, apenas o ambiente que ilustra essa realidade, dando conta de alguns acontecimentos ocorridos, e observarei aquele que foi o caso nevrálgico da luta pelo direito à liberdade religiosa na conjuntura revolucionária, e que provocou a radicalização da tensão político-eclesiástica na época, o chamado “caso Rádio Renascença”. Muito sumariamente referir-me-ei ao comportamento assumido pelas autoridades públicas e pelo episcopado perante as situações em que se deteriorou o clima religioso.

Um forte clima de contestação à hierarquia eclesiástica, assinalado por acusações de cumplicidade do episcopado com o *Estado Novo* e com a sua política colonial, por manifestações de anticlericalismo e por ataques aos bens e propriedades da Igreja, envolveu os meses de abril de 1974 a abril de 1975.

A origem das críticas aos bispos portugueses foi diversificada. Partiram quer de vários segmentos da sociedade civil, incluindo partidos políticos como o PCP e agrupamentos partidários situados à sua esquerda, como o MES ou o MDP/CDE, quer de setores críticos do próprio meio católico. Grande parte dos órgãos de comunicação social adensariam essa atmosfera através da publicação de declarações, comunicados e iniciativas hostis à instituição eclesiástica e aos bispos, de ataques à imprensa regional diocesana e da reprodução de imagens caricaturadas do clero⁷.

O ambiente adverso à Igreja Católica esteve patente ainda nas multiplicações de ocupações de estruturas eclesiais. De julho a dezembro de 1974, por todo o território nacional, registar-se-iam apropriações de salões paroquiais e de seminários. As ocupações dos salões paroquiais foram impulsionadas por elementos do MDP/CDE e do PCP (partidos empenhados na tomada do poder ao nível da adminis-

⁷ Cf. Luís Salgado de Matos – A Igreja na Revolução em Portugal (1974-1982). In *O País em Revolução*. Coord. J. M. Brandão de Brito. Lisboa: Editorial Notícias, p. 101.

tração local), originando confrontos nas localidades onde ocorreram devido à resistência que os párocos (secundados por paroquianos) ofereceram aos ocupantes. Enquanto os salões paroquiais eram cobichados por proporcionarem um espaço de reunião, muitas vezes o único disponível na localidade⁸, as tentativas de ocupação dos seminários eram alegadamente justificadas pelo problema habitacional das populações residentes na área envolvente do edifício (Seminário dos Olivais, em maio de 1974)⁹ e pelas condições de ensino da população estudantil da região (Seminários de Almada e Funchal, em novembro de 1974, e do colégio de Proença-a-Nova, em janeiro de 1975). O patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, e os reitores dos seminários desenvolveriam uma estratégia concertada com o Governo e com as autarquias locais, concordando em ceder parte das instalações para o usufruto das comunidades. Os assaltos aos seminários foram reprovados pelas entidades políticas e pelo MFA, tendo o Comando Operacional do Continente (COPCON) intervindo para dispersar os ocupantes (seminários dos Olivais e Almada). Ao contrário do que sucedera na I República, o património da Igreja Católica seria preservado pelo Estado.

Nos períodos pré-eleitoral e eleitoral, que antecederam as eleições para a Assembleia Constituinte, correspondentes aos meses de outubro de 1974 a abril de 1975, o ambiente de contestação à hierarquia eclesiástica recrudesceu com virulência.

Os ataques emanaram sobretudo dos partidos de extrema-esquerda e de militantes do PCP. Dos meios militares da 5.^a Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), da Armada e do COPCON (defensores de formas, centralizadoras ou basistas, de “democracia popular”) também partiram demonstrações de adversidade em relação ao que estes atores históricos chamavam “o clero reaccionário”. Os ataques eram sustentados por duas acusações: uma, esgrimida no início da revolução, a de que os bispos haviam pactuado com a ditadura salazarista, e outra nova, a de que a Igreja movia oposição à democratização do país, aliando-se às forças da “reacção”¹⁰. Dois momentos sintetizam este clima: um, a vigilância militar por forças do COPCON ao santuário de Fátima, por ocasião da peregrinação do 13 de outubro de 1974, a qual alegadamente serviria para enfrentar “forças reaccionárias” que preparavam um atentado bombista¹¹. Outro, a interceção do arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva, no aeroporto de Lisboa por militares do COPCON, que o revistavam e despiram, na sequência de uma denúncia anónima que indicava que o prelado, de partida para o Brasil, levava armas e grande quantia de dinheiro.

Perante a multiplicação de sinais de radicalização ideológica na sociedade e a deterioração do clima religioso, o episcopado abandonaria a estratégia de con-

⁸ Cf. Luís Salgado de Matos – *A Igreja na Revolução em Portugal (1974-1982)*, p. 79.

⁹ Cf. *25 Abril – Novembro 25. Textos cristãos*. Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 95-98.

¹⁰ Cf. Paula Borges Santos – *Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975*, p. 147-148.

¹¹ Cf. *Diário de Notícias*, 11 de outubro de 1974, p. 5; *República*, 12 de outubro de 1974, p. 10.

tenção que seguira até aí. Os bispos assumiriam uma atitude reativa face ao aproveitamento, em determinados setores da sociedade, do potencial de polarização da «questão religiosa», ao mesmo tempo que começariam a denunciar a atuação do poder político-militar. A viragem do comportamento da hierarquia eclesiástica no seu relacionamento com a classe política dirigente ficava assinalada na primeira comunicação dos bispos após a realização das eleições para a Constituinte, a nota pastoral datada de 14 de junho de 1975. Nesse documento, os bispos não se limitavam a valorizar o modelo político da democracia representativa, como até aí tinham feito, mas estabeleciam-no como o único curso admissível do processo democratizador do país. Com esta tomada de posição, as autoridades religiosas afrontavam diretamente o poder político-militar, numa crítica sem precedentes à ação governativa do PCP e à atuação do COPCON e da 5.^a Divisão do EMGFA¹².

Na realidade, os III, IV e V Governos Provisórios, apesar de garantirem que procuravam evitar confrontos com a Igreja Católica e que mantinham inalterado o seu procedimento quanto às manifestações organizadas da vida religiosa, oscilavam entre a tomada de posições desfavoráveis e favoráveis aos interesses da Igreja. O principal motivo para essas oscilações residia na dificuldade do poder político encontrar uma solução para o “caso Rádio Renascença”.

No conflito que envolveu a emissora católica, o qual se desenrolou entre abril de 1974 e dezembro de 1975, colocou-se o problema da liberdade religiosa¹³, mediante a discussão instalada sobre o direito da Igreja Católica ter ou não ter meios de comunicação social próprios. Por outras palavras, esteve em causa o reconhecimento da capacidade de utilização de um bem próprio da Igreja, a emissora católica, para o prosseguimento das suas atividades e fins. Tratava-se de aceitar ou não que a Igreja tivesse uma presença autónoma no espaço público, através de uma estação de rádio de que era proprietária, tendo direito de a gerir livremente, sem qualquer tutela sobre a sua orientação ideológica. Esse direito estava salvaguardado quer pela Concordata, quer pela lei de liberdade religiosa de 1971. Quando a luta travada em torno da Rádio Renascença (RR) pôs em causa o exercício desse direito – o que sucedeu depois da greve de fevereiro de 1975 – colocou-se o problema da definição da autonomia e da organização da Igreja Católica no quadro da nova sociedade democrática. Esse foi ainda o momento em que o conflito ultrapassou a esfera interna e privada, a da empresa, para se desenvolver num circuito externo e público, transformando-se numa questão política que polarizaria a opinião pública.

O conflito na rádio católica fora iniciado em 30 de abril de 1974 – quando os trabalhadores do setor radiofónico da emissora haviam entrado em greve e ocupado a redação, depois de o Conselho de Gerência da emissora ter proibido a transmissão das reportagens da chegada a Portugal de Álvaro Cunhal, Mário Soares e alguns músicos de intervenção, e de um jornalista ter sido ameaçado de despedi-

¹² Cf. CEP – Nota Pastoral sobre o momento presente da vida portuguesa. In CEP – *Documentos Pastorais 1967-1977*, p. 183-190.

¹³ Cf. Manuel Braga da Cruz – A Liberdade Religiosa na História Contemporânea de Portugal. In *Liberdade Religiosa. Realidade e Perspectivas: Actas das V Jornadas de Direito Canónico*. Coord. M. Saturnino Costa Gomes. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de Direito Canónico, 1998, p. 41.

mento depois de ter divulgado um comunicado da Agência Nova China – e, rapidamente, se transformou num conflito político-ideológico.

Os trabalhadores ocupantes haviam favorecido essa dimensão ao defenderem a natureza laboral do confronto, ao invocarem os direitos democráticos e a legitimidade revolucionária para atacarem um modelo de gestão que associavam à ordem política derrubada. Também a entidade patronal concorrera para essa expressão do conflito ao considerar que a contestação a esse modelo resultava do clima socio-político vivido e de uma difusa vontade atacante da legitimidade da instituição eclesial.

Desde o início, o poder político-militar acompanharia o confronto entre trabalhadores da RR e a entidade patronal. Goradas várias mediações para que fosse alcançado um entendimento nas negociações entre as partes (em que participaram delegados do MFA e delegados ministeriais), o IV Governo Provisório, em abril de 1975, admitiria a hipótese de nacionalizar a rádio católica, hesitando, porém, sobre a forma de implementar esse projeto¹⁴. A hesitação do Governo advinha de, em simultâneo, ser ponderada a hipótese de devolução da estação ao Patriarcado, dada a pressão das autoridades religiosas, secundada por uma ampla mobilização do campo católico, para que fosse adotada essa solução. Admitindo a existência de «pressões diplomáticas» para que se «desintervencionasse» a RR e esta fosse entregue às entidades proprietárias, no final de maio, o Executivo, através do ministro da Comunicação Social, Correia Jesuíno, chegaria a aconselhar os trabalhadores ocupantes a «abandonar a luta» que travavam¹⁵. Face à possibilidade de concretização daquelas medidas, alguns trabalhadores da atividade radiofónica da rádio católica, decidir-se-iam pela radicalização do seu protesto, promovendo em 27 de maio a ocupação com laboração dos estúdios de Lisboa e do centro emissor de Benfica.

Na sequência daquela ação, ocorreria, em 18 de junho de 1975, frente ao Patriarcado de Lisboa, uma manifestação de apoio aos trabalhadores ocupantes, fomentada por associações sindicais do setor da comunicação social e apoiada pela UDP e pelas secções regionais de Lisboa do MES e da ORPC-ML¹⁶, e uma contra-manifestação, de iniciativa de «um grupo de cristãos» desconhecidos que pretendiam demonstrar solidariedade para com as autoridades religiosas, no tocante à condução que estas faziam do processo de reclamação da emissora católica¹⁷. No seu decurso, manifestantes e contramanifestantes acabariam por se confrontar com violência, primeiro através de insultos, depois pelo apedrejamento dos primeiros

¹⁴ Cf. Manuel de Almeida Trindade – *Memórias de um bispo*. Coimbra: Coimbra Gráfica, 1993, p. 341-344; *Diário de Notícias*, 7 de abril de 1975, p. 1-2.

¹⁵ Cf. *Diário de Lisboa*, 24 de maio de 1975, p. 11; *Expresso*, 7 de junho de 1975, p. 4. O responsável pela tutela da Comunicação Social proferia tais declarações dias depois de um encontro no Vaticano entre D. António Ribeiro e o Papa Paulo VI. A notícia, publicada no jornal *Expresso*, sobre esse encontro não fornece indicações sobre a sua data concreta, nem sobre os assuntos abordados na audiência, embora saliente que o problema da Rádio Renascença havia certamente sido discutido.

¹⁶ Cf. *Diário de Notícias*, 16 e 18 de junho de 1975, respetivamente p. 6 e p. 10; *Diário de Lisboa*, 18 de junho de 1975, p. 5; Nelson Ribeiro – *A Rádio Renascença e o 25 de Abril*. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2002, p. 84-85.

¹⁷ Cf. Miguel de Araújo – *Dicionário Político: Os Bispos e a Revolução de Abril*. Lisboa: Ispagal, s.d., p. 210.

aos segundos e pelo arremessar de pedras à residência episcopal. Os contramaneifestantes refugiar-se-iam no interior do Patriarcado – 38 estavam feridos, e, ao defenderem-se, tinham provocado ferimentos a um militante da UDP. Prevendo confrontos naquela ocasião, a Polícia Militar e a PSP tinham colocado sob vigilância o Campo Santana, contudo, perante o aumento da tensão no recinto, o COPCON haveria de destacar forças do RALIS e do RIOQ para o local. Na tentativa de conter as reações mais violentas, essas forças militares disparariam tiros para o ar. Como, porém, os manifestantes não desmobilizavam, o comandante do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho, procurou negociar a saída dos contramaneifestantes sitiados e pediu reforços para o local. A dificuldade estava na exigência que faziam os manifestantes de se proceder à identificação dos contramaneifestantes como condição para permitirem a evacuação dos feridos graves. Pretendiam que as mulheres e os menores de 16 anos fossem conduzidos a casa depois de identificados pelo COPCON e que os homens fossem conduzidos a uma unidade militar, para serem aí identificados. Depois de horas de negociação, entre os refugiados no interior do Patriarcado (e também o bispo de Lisboa, aí presente) e os manifestantes, mediadas por Otelo, às 05h00 do dia seguinte, seriam iniciadas as primeiras evacuações, tendo todavia o transporte dos sitiados sido feito por carrinhas militares descobertas, que permitiram fotografar os cristãos e desferir-lhes novamente insultos pela multidão que permanecia na rua. Tais condições seriam contestadas pelas pessoas que restavam no interior da residência episcopal e as últimas evacuações, que terminariam apenas às 13h30, seriam feitas em carrinhas cobertas.

Os acontecimentos ocorridos em frente do Patriarcado suscitaram a discussão pública sobre a existência ou não de uma “questão religiosa” no País e tiveram diversas consequências: 1º) a hostilidade dirigida contra o cardeal-patriarca, embora extensível ao conjunto do episcopado, mobilizaria a grande maioria do laicado e do clero diocesano em defesa da causa da RR, em sentido restrito, e da liberdade religiosa, em sentido amplo, 2º) o pronunciamento de quase todos os partidos políticos sobre o caso, com o estabelecimento de dois alinhamentos distintos sobre a natureza do processo da RR e sobre o problema da liberdade de informação, provocou a agudização das lutas partidárias, 3º) as repercussões internas e internacionais dos incidentes obrigaram o Executivo e o Conselho da Revolução (CR) a procurarem uma resolução para o conflito da rádio católica, tendo-se avolumado, na sequência das ações desenvolvidas por esses centros decisores, a crise governamental que culminaria com a queda do IV Governo Provisório.

Quanto à primeira consequência: a manifestação de apoio aos ocupantes da RR reverteu, paradoxalmente, em benefício da hierarquia eclesiástica, na medida em que lhe permitiu estreitar os laços com os crentes e aprofundar um clima de unidade. A partir desta altura, a emissora católica deixaria de se constituir como objeto de conflitualidade interna ao catolicismo português. As críticas ao procedimento do episcopado no processo da RR cessariam, à exceção dos Cristãos pelo Socialismo (CPS), os únicos que se manteriam, nos meses seguintes, solidários com os trabalhadores ocupantes.

Sobre a segunda consequência: a manifestação favoreceu a definição das forças políticas perante o processo da RR e no movimento de solidariedades gerado pode ver-se a concorrência entre duas ordens de legitimidade: a das autoridades religiosas, defendida pelos partidos moderados e de direita (PS, PPD, CDS, PPM, PDC), e a dos ocupantes, reclamada pelas formações partidárias esquerdistas (MDP/CDE, MES, LUAR, UDP). O PCP pode ser associado a este último núcleo, embora a sua posição fosse sustentada por argumentos que diferem dos da extrema-esquerda. Para o PS, o PPD e o CDS os incidentes registados em frente do Patriarcado traduziam um atentado à liberdade de informação e à liberdade religiosa. Na ótica do PS e do PPD, o direito do episcopado à orientação da emissora católica era inserido na problemática da afirmação do valor público da religião, que defendiam não se reduzir às atividades culturais, mas contemplar a divulgação da sua doutrina e a prestação de serviços. Entre o PPD e o PS existia, no entanto, uma diferença assinalável: o PPD admitia a possibilidade da Igreja Católica possuir meios de comunicação social próprios, enquanto os socialistas defendiam a nacionalização da radiodifusão, concebendo, todavia, que a Igreja usufruísse de tempos de antena numa empresa pública de rádio, para realizar a sua missão de evangelização. Esta posição do PS testemunhava a articulação que no interior do partido se procurava estabelecer entre a valorização da natureza laica do Estado (princípio defendido pelos setores socialistas laicos e republicanos) e a necessidade de preservar a utilidade social da religião e das atividades dela decorrentes. O CDS caracterizava o conflito entre os trabalhadores da RR e a entidade patronal como sendo de natureza ideológica e esclarecia o seu alheamento em relação à organização da contramanifestação (em respostas às alegações da UDP). PPD e CDS criticavam ainda a incapacidade revelada pelos poderes constituídos na resolução do processo da rádio católica. O PS optaria por apelar ao CR e ao Governo no sentido de ser imposto o respeito pela liberdade de informação. Ao lado das autoridades religiosas, colocar-se-iam também o PDC e o PPM, protestando contra as limitações infligidas à liberdade de expressão e denunciando a arbitrariedade da atuação dos trabalhadores ocupantes. Para as forças políticas que apoiavam os trabalhadores ocupantes da RR, a legitimidade da manifestação realizada no Campo Santana decorria da natureza laboral do conflito que opunha os ocupantes à entidade patronal daquela estação. Os episódios do dia 18 de junho serviram ainda para acicatar o confronto entre socialistas, comunistas e organizações de extrema-esquerda. Escamoteando as acusações de que a manifestação realizada junto do Patriarcado havia configurado um atentado à liberdade religiosa, o MDP/CDE, o MES, a LUAR e a UDP responsabilizavam o PS por explorar a ideia junto da opinião pública nacional e internacional de que estava a ser movida uma perseguição à Igreja Católica no País. O PCP, embora se solidarizasse com a luta dos trabalhadores da RR, salientava que as reivindicações profissionais reclamadas por estes não deveriam «ser confundidas com qualquer questão religiosa». Com esta tomada de posição, os comunistas distanciavam-se do radicalismo anticlerical da extrema-esquerda, ao mesmo tempo que procuravam neutralizar os efeitos do discurso socialista.

Quanto à terceira consequência: os constrangimentos decorrentes da atuação do COPCON, durante as concentrações junto do Patriarcado, com prejuízos na manutenção da ordem pública, o aproveitamento político que dos acontecimentos de 18 de junho procuram retirar as diferentes forças partidárias, e a publicidade negativa que a divulgação daqueles incidentes no estrangeiro (particularmente nos meios católicos internacionais) acarretara para os governantes portugueses, funcionaram como fatores de pressão sobre o Governo e o CR no sentido de solucionarem com celeridade o caso da Emissora Católica. No final de junho, o CR comunicava ao episcopado que a Emissora Católica lhe seria restituída, enquanto o Executivo garantia o cumprimento dessa resolução até 1 de julho; incumbindo para o efeito o comandante do COPCON de assegurar a intervenção das forças militares na RR, na eventualidade de os ocupantes não abandonarem o local. Perante o primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, Otelo acataria a decisão governamental. Todavia não executaria as ordens recebidas e adotaria pela segunda vez, desde os acontecimentos de 18 de junho, um comportamento favorável aos ocupantes, permitindo que estes não abandonassem as instalações da empresa e constituíssem, junto das instalações da empresa no Chiado e nos centros emissores de Benfica e da Lousã, piquetes de vigilância, formados por populares, dispostos a resistirem à evacuação. Também operários da Lisnave, da Setnave e da OGMA e formações partidárias de extrema-esquerda, como a FEC-ML, o MES, a LUAR, o PRP-BR e a UDP, condenaram a determinação do Executivo e convidaram os seus militantes a manifestarem-se nas imediações dos estúdios da RR. Singular seria a posição do MRPP. Apesar de considerar que os ocupantes da RR tinham escolhido «um caminho justo: o do controlo dos trabalhadores sobre os órgãos de informação», os militantes daquele partido alertavam para a possibilidade de esses elementos pretenderem facilitar, com aquela ação, a criação de um monopólio de controlo dos principais meios de comunicação social pelo PCP. Nesse sentido, observavam que o processo da RR servia apenas para desviar as atenções dos trabalhadores «do ponto onde o ataque deveria ser lançado: os órgãos sustentados pelo Estado (*O Século*, *Diário de Notícias*, Radiotelevisão Portuguesa (RTP), Emissora Nacional (EN), *Diário de Lisboa*)»¹⁸.

A dificuldade do poder político-militar em pôr cobro à ocupação da RR resultaria, porém, de novas clivagens entre os três centros de poder (Governo, CR e COPCON), que motivariam a inversão da decisão tomada sobre a emissora católica e a sua substituição pela ideia de criação de uma nova «comissão administrativa para a gerência da empresa, até à nacionalização das frequências de rádio e das empresas emissoras nacionais», muito embora se garantisse «desde já a utilização pela Igreja e por outras correntes de opinião da rádio nacionalizada»¹⁹.

As contradições do Executivo e do CR quanto ao destino da rádio católica contribuiriam para a insolubilidade do confronto e, sobretudo, para a instauração do questionamento da presença pública do catolicismo na sociedade. A questão seria colocada, sobretudo, por formações partidárias da extrema-esquerda – em

¹⁸ Paula Borges Santos – *Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975*, p. 207-222.

¹⁹ *O Século*, 4 de julho de 1975, p. 1-2.

especial a UDP ou o PRP, que, desde maio de 1975, haviam passado a liderar a luta dos ocupantes da RR, depois de aproveitarem o crescente isolamento desses e os retrocessos do seu processo reivindicativo – cujo projeto político promovia o combate à influência da religião na sociedade e uma dinâmica de organização revolucionária dos órgãos de poder popular, que deveria substituir o aparelho do Estado.

Nessas circunstâncias, o processo da RR adensaria ainda, ao longo do mês de julho, a conflitualidade social e também o confronto político-militar entre a “esquerda revolucionária” e as forças moderadas. As ações transgressoras da legalidade, cometidas pelos ocupantes da emissora católica, exporiam a incapacidade do Estado de evitar a desagregação da disciplina nas Forças Armadas e a perda do monopólio da violência. Para o PCP, a aliança daquelas formações de extrema-esquerda aos ocupantes da RR constituía uma dificuldade maior, uma vez que enquanto partido da coligação governamental, ver-se-ia apertado entre uma atitude de não condenação das ações desencadeadas pelos trabalhadores e uma reação à estratégia de combate que lhe moveriam, no “verão quente”, os partidos moderados, o grupo dos «nove» e uma larga mobilização católica.

As decisões contraditórias tomadas pelo poder político-militar seriam exploradas também pelo PS. A partir do final de junho e inícios de julho, o líder socialista, Mário Soares, chamaria a si a defesa da RR, comparando a situação da emissora à do jornal *República* e associando-os ao problema da liberdade de informação²⁰. Para o episcopado, o paralelo estabelecido no discurso de Soares era duplamente vantajoso. Por um lado, vinha confirmar as denúncias sustentadas pela Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) de que o conflito ocorrido na RR não era um caso isolado no panorama da comunicação social portuguesa, ao mesmo tempo que reforçava a ideia de que o que estava em causa era o direito de gestão das autoridades religiosas sobre o seu património (no caso concreto, a emissora católica). Por outro lado, significava que o episcopado passara a dispor do contributo do principal partido moderado para defender, no plano político, aquela causa. O PS beneficiava com a manifestação dessa disponibilidade, na medida em que era uma forma de sintonizar os católicos, que gravitavam na esfera de influência das forças partidárias moderadas, com a estratégia do partido de combate ao Executivo de Vasco Gonçalves. A 10 de julho, na sequência do lançamento do primeiro número do *República*, sob a nova direção e elaborado por uma redação afeta à comissão de trabalhadores, os ministros socialistas abandonavam o Governo, seguidos pela saída do PPD no dia 16. Nos dias seguintes, o PS organizaria manifestações em todo o País contra o primeiro-ministro, sendo que na última, realizada em Lisboa, junto à Fonte luminosa, Soares pediria formalmente a demissão de Vasco Gonçalves²¹.

Associado ao processo de falência de autoridade do Estado, o “caso Rádio Renascença” acabou por contribuir para a erosão do IV Governo Provisório, além de permitir ao PS consolidar a rutura da coligação governamental, num gesto que viria a favorecer o reforço da frente político-militar moderada, empenhada em in-

²⁰ Cf. *Tempo*, 17 de julho de 1975, p. 7.

²¹ Cf. Josep Sánchez Cervelló – *A Revolução Portuguesa e a sua influência na transição espanhola (1961-1976)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 236.

viabilizar o V Governo, liderado novamente por Vasco Gonçalves. Nesse contexto, de progressivo decréscimo da hegemonia do PCP, a resistência ao poder gonçalvista cristalizou-se ainda, de forma expressiva, em torno da Igreja Católica, com a RR a transformar-se num símbolo da luta pelo projeto político de uma democracia pluralista. As manifestações religiosas em defesa do pluralismo político, ocorridas durante o “verão quente”, contra o controlo do aparelho de Estado pelo PCP e os projetos de “poder popular” foram emblemáticas sobre esse aspeto. Realizadas ao Domingo, em algumas sedes diocesanas do Norte e Centro de Portugal, em julho e agosto de 1975, organizadas quer por figuras destacadas do laicado local, quer por membros do clero diocesano, com o assentimento do bispo residente, essas manifestações corporizaram um movimento, promovido em nome da defesa da liberdade religiosa, no qual diversos setores do campo católico utilizaram a sua identidade religiosa como forma de reação contra a situação de radicalização política vivida no País. A legitimidade dessa mobilização católica era destacada pelo próprio Conselho Permanente do Episcopado (CPE) que nela via «a manifestação legítima, e até necessária, do protesto contra a violentação das consciências, a ofensa de direitos, a destruição dos valores, os atentados contra a economia e os atropelos da legalidade». Para a legitimação desse movimento concorreu também, em diversos círculos católicos, a ideia de perseguição movida à Igreja Católica. A configuração da perseguição religiosa remetia para o perigo do comunismo que, ao persistir como uma das grandes preocupações no universo do catolicismo hegemónico, justificava o empenhamento dos católicos naquelas manifestações em atitude de oposição à ação dos comunistas²².

O procedimento governamental que determinou o encerramento definitivo do processo da emissora católica – a destruição à bomba do centro emissor de Benfica da Rádio Renascença (tomado pelos ocupantes e por apoiantes do “poder popular”) pelo VI Governo Provisório, em 7 de novembro de 1975; seguido de um duro processo negocial entre o Governo e a administração da RR (onde voltou a ser colocada a hipótese de nacionalização da estação), que culminou com a restituição da emissora católica à sua entidade proprietária em 28 de dezembro de 1975 – revelou, por fim, a importância que o poder político atribuía à Igreja Católica na estabilização do regime democrático. Para poder contar com a cooperação da Igreja institucional na pacificação social e assegurar que a religião deixaria de se constituir como um elemento polarizador ou divisor (como o “caso Rádio Renascença” demonstrara ser possível), o Estado cedeu em limitar a sua vontade de promover a laicização da sociedade no domínio concreto da comunicação social. No discurso da classe política dirigente essa disposição foi sustentada por dois argumentos: a afirmação de uma valorização sociológica do catolicismo, dado ser considerado a religião da maioria dos portugueses, e o reconhecimento da utilidade social da religião.

Para a hierarquia eclesiástica, a restituição da emissora católica significou o sucesso de uma estratégia de resistência conduzida contra as ingerências externas,

²² Cf. Paula Borges Santos – *Igreja Católica, Estado e Sociedade, 1968-1975*, p. 226-231; CEP – Nota Pastoral de condenação de certas expressões de violência. In CEP – *Documentos Pastorais 1967-1977*, p. 346.

nomeadamente por parte de algumas forças políticas e do próprio Estado, exercidas sobre uma propriedade da Igreja. O procedimento das autoridades religiosas, onde se destacou, pela sua centralidade, a atuação de D. António Ribeiro, colocara o Estado perante a necessidade concreta de coadunar o novo “paradigma socialista”, saído da revolução, com autonomias e espaços próprios da sociedade, que o precediam e tinham de ser acomodados, sem grandes ruturas, no novo regime político. Ao não abdicarem do direito de propriedade sobre a Rádio Renascença e ao recusarem sujeitar-se ao que o Estado estivesse disposto a conceder unilateralmente, os bispos abriram uma importante brecha na propensão estatizante dos dois principais partidos com representação nos Governos Provisórios (PCP e PS), relutantes em reconhecerem à Igreja o direito de esta ter meios de comunicação social próprios. Do mesmo passo, confrontaram essas forças político-partidárias com a exigência de salvaguarda da “paz concordatária”.

O nível de consenso alcançado entre o episcopado e o poder político quanto ao estatuto da rádio católica contribuiu diretamente para a erradicação do potencial de clivagem religiosa no momento da normalização do processo revolucionário e foi garante de que a autonomia da Igreja e a liberdade religiosa se encontravam finalmente salvaguardadas pelas autoridades do regime democrático.

Considerações finais

No contexto da mudança de regime por via revolucionária, os princípios da separação e da liberdade religiosa revelaram ter uma capacidade de resistência e de adequação, que justifica que tenham sido inscritos e plenamente desenvolvidos, mais tarde, no corpo da Constituição de 1976 (art. 41.º).

Todavia, a propulsão do processo revolucionário, que se seguiu ao golpe militar de 25 de abril de 1974, criou especiais dificuldades ao entendimento do que podiam ser as manifestações de liberdade religiosa no país. Em diversas circunstâncias, o primado da lei foi posto em causa, tendo, em seu lugar, sido promovida uma legitimidade revolucionária, com que diversos agentes históricos daquele período (partidos políticos, setores militares e até civis) procuraram imbuir-se de autoridade e justificar os seus projetos político-ideológicos variados, os quais remetiam para diversos tipos de regime a consolidar.

O maior consenso quanto à liberdade religiosa assentou no reconhecimento da liberdade de culto, tanto privado como público. Desde logo, no espectro partidário havia uma aceitação dessa dimensão, desde o PCP ao CDS, donde se excluía apenas as formações partidárias de extrema-esquerda. A dificuldade dos novos decisores políticos respeitou, assim, a outra manifestação de liberdade religiosa: a liberdade de organização das confissões religiosas. Nesse sentido, foi a Igreja Católica confrontada com o cenário de privação da sua organização no espaço público – em concreto, no que envolveu a utilização, para a prossecução dos seus fins, de um bem de que era proprietária –, numa contradição com o que o direito interno e o acordo concordatário lhe permitiam.

Até ao esclarecimento da posição do poder político-militar sobre esta dimensão de liberdade religiosa (a autonomia de organização e de funcionamento), que,

como atrás se explicou, aconteceu com a solução final encontrada para a Rádio Renascença, o Estado oscilou pois entre assumir, na sua relação com as confissões religiosas e particularmente com a Igreja Católica, um regime de liberdade religiosa ou um regime de tolerância.

A nova correlação de forças saída do 25 de novembro de 1975, em que a vitória seria hegemonizada no âmbito militar pela facção moderada e no âmbito civil-partidário pelo PS, beneficiou a recuperação da força da legalidade e permitiu que progressivamente se desse o retorno à normalidade. Nessas circunstâncias, o poder político-militar demonstraria capacidade para, na sua relação com a Igreja Católica, proceder em conformidade com os princípios da liberdade religiosa e da separação, mas também com o regime concordatário vigente. A nova Constituição, que entraria em vigor a 25 de abril de 1976, refletiu essa evolução, estabelecendo a passagem para um novo ciclo no relacionamento do Estado com as Igrejas, em muito devedor do recebimento a nível constitucional dos parâmetros da Declaração Universal dos Direitos do Homem. Aí se superou o sistema de cooperação com uma única confissão religiosa, no qual existiam restrições à liberdade religiosa, para dar acolhimento a um sistema diferente de relações de cooperação com todas as confissões, onde não foram colocados quaisquer limites específicos à liberdade religiosa²³.

²³ Sobre a tutela da liberdade religiosa no regime da Constituição de 1976, consulte-se: Jorge Miranda – A Concordata e a ordem constitucional portuguesa, p. 79-81; Paulo Pulido Adragão – *A Liberdade Religiosa e o Estado*. Coimbra: Almedina, 2002, p. 363-366.

